

Marco Civil da Internet



UMA ORIGEM INOVADORA

- Resposta a uma postura de criminalização da internet
- Formulação da sociedade civil, abertura do governo e no Congresso
 - 2300 contribuições no debate público do Executivo em 2009
 - Projeto enviado ao Congresso em 24.08.2011
 - Relatório do Deputado Molon pautado por consulta no e-Democracia
- Rica discussão no Congresso Nacional
 - Prioridade dada pela Presidenta – urgência constitucional em 12.09.2013
 - Fortíssimo ativismo da sociedade civil, principalmente de entidades de democratização das comunicações
 - Lei sancionada no Arena Net Mundial - 2014



ESCOLHAS LEGAIS E REPERCUSSÃO INTERNACIONAL

- **Norma principiológica dotada de força normativa**
 - Reconhece a finalidade social da rede
 - Importância do equilíbrio entre inovação e direitos
 - Proteção da privacidade do usuário
 - Decálogo do CGI – reforço da responsabilidade do usuário
- **Três pilares**
 - Liberdade de Expressão – responsabilidade do usuário
 - Privacidade – titularidade dos dados, consentimento, finalidade
 - Neutralidade de Rede – tratamento isonômico
- **Lei *jabuticaba* virou exemplo para o mundo e Brasil na vanguarda internacional**
 - NET Mundial, Arena Net Mundial, discurso sobre privacidade na ONU

REGULAMENTAÇÃO PARTICIPATIVA

- **Repetição do modelo de sucesso do PL**
 - Inovação: primeiro decreto em discussão online pelo MJ, plataforma no *github*
 - Temas tecnicamente complexos, mas com princípios muito bem delineados
 - Disposição política de abertura a sociedade civil, setores empresariais, cidadão comum

REGULAMENTAÇÃO PARTICIPATIVA

4 EIXOS



- NEUTRALIDADE DE REDE
- PRIVACIDADE
- GUARDA DE REGISTROS
- OUTROS TEMAS

Concepção da consulta: atingir público especializado, mas também engajar cidadão comum → Maior debate do MJ

DADOS FINAIS DA CONSULTA



- Usuários cadastrados: **1843**
- Pautas abertas: **339**
- Comentários: **1109**

TEMAS COM MAIS PAUTAS

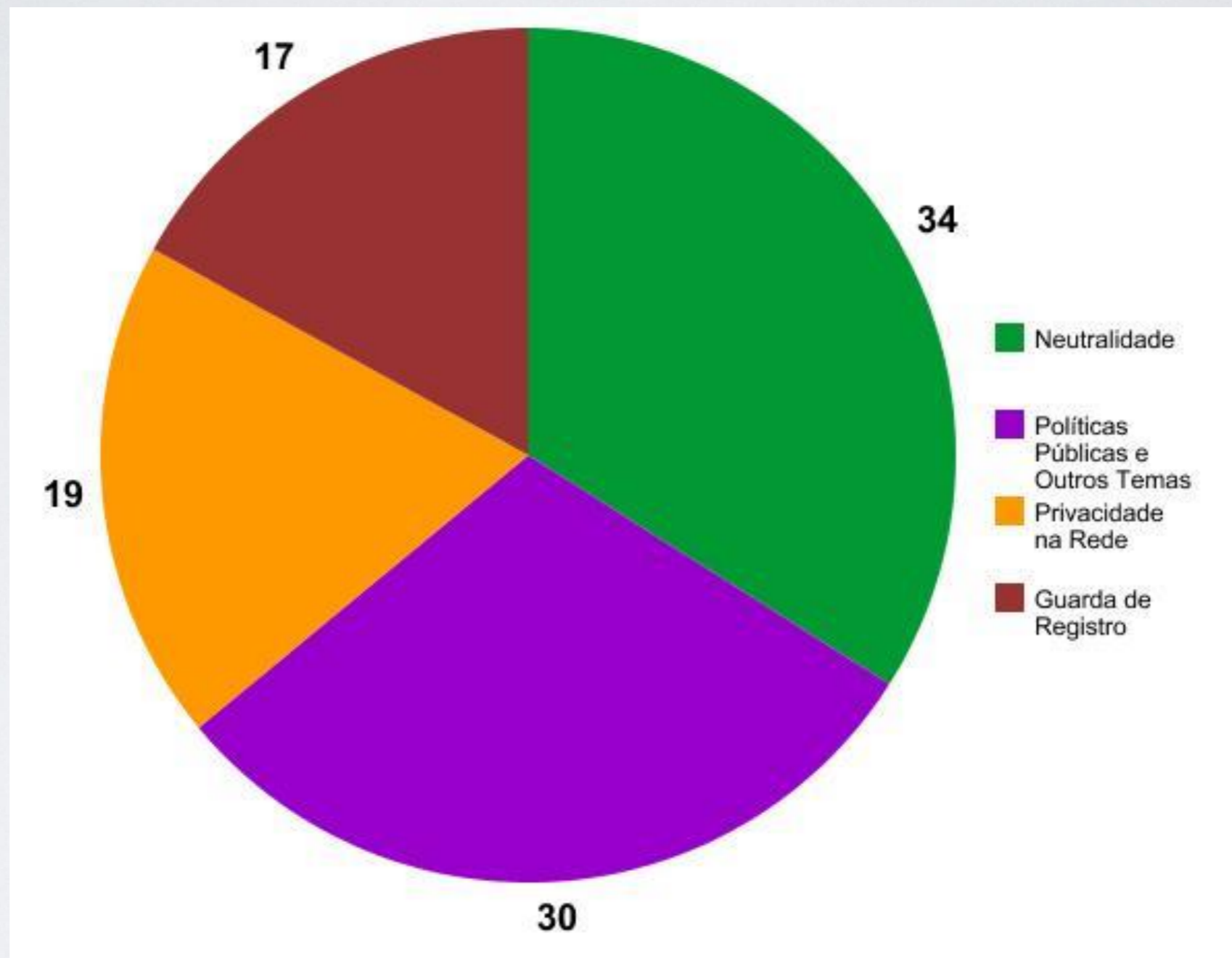


NEUTRALIDADE • **98** PAUTAS

OUTROS TEMAS E CONSIDERAÇÕES • **124** PAUTAS



INTERAÇÕES



ENGAJAMENTO, COMUNICAÇÃO E MÍDIA



INTERNETLAB REPORTA

InternetLab Reporta - Consultas Públicas no 05

Francisco Brito Cruz

Confira abaixo como foi a quarta semana das consultas públicas sobre a regulamentação do Marco Civil da Internet e sobre o anteprojeto de lei de proteção de Dados Pessoais. Números e estatísticas. A consulta pública do Comitê Gestor da Internet (CGI.br) Terminou na semana passada (20/02) a consulta pública aberta em 19 de dezembro pelo Comitê Gestor da Internet (CGI.br), também sobre a regulamentação do Marco Civil. Este comitê é um órgão multissetorial que desempenha papéis relevantes na gestão da Internet no Brasil. Durante o período de consulta,...

[leia a matéria completa](#)

27 de fevereiro de 2015



Navegador



OBSERVATÓRIO DO MARCO CIVIL DA INTERNET



MARCO CIVIL DA INTERNET



PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

MARCO CIVIL DA INTERNET - LINHA DO TEMPO

FGV DIREITO RIO



Entenda



Pergunte



Visualize



Aprofunde

Terça-feira, 17 de Março de 2015

MARCO CIVIL DA INTERNET, MURILO RONCOLATO, NEUTRALIDADE DE REDE
16 de janeiro de 2015 17h52

Governo abre discussão sobre Marco Civil da Internet e Proteção de Dados e Marco Civil da Internet

Ministério da Justiça lançará duas plataformas neste mês para receber contribuições sobre nova lei de dados pessoais e de decreto para regulamentação do Marco Civil

Por Murilo Roncolato

SÃO PAULO – O Ministério da Justiça marcou para 28 de janeiro o início dos debates públicos sobre textos de lei que devem afetar a legislação brasileira quanto a uso da internet e privacidade do cidadão. São eles elaboração do projeto da chamada Lei de Proteção de Dados Pessoais e o decreto presidencial que regulamentará o Marco Civil da Internet, lei aprovada em abril passado. Segundo o governo, é a primeira vez que um decreto presidencial será formulado a partir de contribuições públicas.

Duas plataformas abertas ao público serão criadas no portal de participação do MJ (participacao.mj.gov.br), uma para cada tema – em formato semelhante ao de elaboração do

O governo está debatendo Marco Civil com a galera. Participe!

por BIA GRANJA | 29 janeiro 2015



Tecnologia
Ministério da Justiça abre discussões sobre Marco Civil da Internet e Proteção de Dados Pessoais

Ronaldo Lemos fala sobre o Marco Civil na internet HD

MARCO CIVIL DA INTERNET, MURILO RONCOLATO
28 de janeiro de 2015 17h48
Saiba o que está em debate na regulamentação do Marco Civil
Texto de decreto presidencial deve regulamentar lei aprovada em passado, apelidada de 'Constituição da Internet'
Por Murilo Roncolato

Edição do dia 28/01/2015
28/01/2015 13h47 - Atualizado em 28/01/2015 14h15

Governo lança consultas públicas sobre internet e proteção de dados

O Marco Civil vai definir regras para o uso da internet. A Proteção de Dados Pessoais discute como dados podem ser usados.

Gioconda Brasil
Brasília



CartaCapital
Política Economia Sociedade Cultura Internacional
Você está aqui: Página Inicial / Blogs / Intervozes / Marco Civil da Internet: começa uma nova batalha
Intervozes
Marco Civil da Internet: começa uma nova batalha
Consulta pública promovida pelo Ministério da Justiça até o fim de fevereiro abre espaço para população na regulamentação
por — publicado 02/02/2015 19:30, última modificação 03/02/2015 09:10
Recomendar 1,1 mil 8+1 12 in Share 5 Tweetar 139



Notícias
Site recebe sugestões da sociedade para regulamentar Marco Civil da Internet



PREMISSAS - MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

- Mediação
- Impossibilidade absoluta de rediscutir as determinações da lei nesse debate
- Neutralidade de rede está vigente – enfoque nas exceções
- Atenção aos limites de um Decreto
- Debate Público não é plebiscitário
- Equilíbrio entre inovação, modelo de negócios e direitos

CONHEÇA MAIS SOBRE A LEI

A Lei está pautada em três pilares essenciais: neutralidade de rede, liberdade de expressão e privacidade dos usuários. Durante toda a tramitação do projeto, os mais diferentes pontos de vista foram considerados provocando grande debate nacional.

O texto resultante foi elogiado por especialistas brasileiros e estrangeiros, resultando em uma abordagem que busca definir direitos e deveres, sem apenas criminalizar condutas na rede.



2ª Fase do debate público

- Maior legitimidade
- Validação dos 1109 comentários feitos





#MARCOCIVIL

Obrigado!

Gabriel de Carvalho Sampaio
gabriel.sampaio@mj.gov.br

MARCOCIVIL.MJ.GOV.BR